



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2013
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Condições de Acesso das Pessoas com Deficiência às Universidades do RS
<b>Autor</b>	JADE GRAZIELE MARTINS DOS SANTOS
<b>Orientador</b>	IDILIA FERNANDES
<b>Instituição</b>	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

O projeto de pesquisa em questão objetiva “analisar as condições de acesso das pessoas com deficiência ao meio Universitário no estado do Rio Grande do Sul”. Por outro lado estamos buscando construir um espaço de interlocução entre a Universidade Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC e o espaço institucional (FADERS<sup>1</sup>) que coloque em pauta a questão das diferenças/deficiências. Propiciar um novo debate em torno da questão da acessibilidade e cidadania e contribuir na construção de uma nova prática social que perceba na condição das diferenças a potencialidade dos sujeitos e a interdição que está colocada no social. A partir de um conceito que considere as relações sociais e suas consequências para os sujeitos que apresentem alguma deficiência, buscar a superação de conceitos e práticas que reforcem os preconceitos e a exclusão social. Contribuir na construção de uma nova cultura, na qual a diversidade da condição humana seja reconhecida.

Deverá ser construído coletivamente um diagnóstico situacional das atuais condições de inclusão de pessoas com deficiência nas 19 Universidades do estado do RS, que estão denominadas no portal do MEC. Para efetivar esse diagnóstico construiremos instrumentos de pesquisa que indagará pelas condições de acesso em três perspectivas: a opinião de alunos com deficiência, de gestores e de professores sobre acessibilidade universal da universidade e seu entorno. Cada Universidade será chamada a responder sobre as questões referentes à realidade de inclusão/exclusão das pessoas com deficiência em seu meio universitário. Utilizaremos como instrumentos de pesquisa a entrevista estruturada com questões abertas, que embasaram os dados qualitativos, e com duas questões fechadas, que serão os dados quantitativos. Acreditamos que, através do instrumental de pesquisa, possamos propiciar o debate e a reflexão em torno da questão da acessibilidade e da interdição colocada no social. Identificando a forma como está sendo trabalhada a questão da acessibilidade nas universidades ou a ausência desse investimento social será possível colaborar com a construção de políticas públicas e educacionais que preservem o espaço democrático e de cidadania a todos os seus sujeitos.

Foram elaborados dois roteiros de pesquisa para serem aplicados nos sites das 19 universidades. Os roteiros se referem a informações sobre equipamentos, núcleos, seminários, pesquisas que se relacionem a essa temática, e o outro é específico para averiguação da acessibilidade do site. A partir deste estudo podemos perceber em relação aos serviços de atendimento para alunos com deficiências que 53% dos sites mostram esses serviços e 47% não consta no site esta informação. Percebemos que 16% dos sites das universidades informam a existência de materiais didáticos na perspectiva da acessibilidade universal e que 84% destes sites não possuem essa informação. Referente a linguagem utilizada nos sites 42% dos sites estão adequados, conforme a terminologia indicada na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 42% estão inadequados e 16% destes sites não mencionam sobre a terminologia deste tema. Em relação ao segundo roteiro, podemos perceber que os sites em sua maioria não são acessíveis.

Após toda a fase de coleta de dados será realizada a análise dos mesmos, com triangulação de dados. Quanto aos dados quantitativos serão analisados e mensurados pelos profissionais da Fundação de Economia e Estatística-FEE. Desta maneira será construído um relatório com as informações e divulgação/devolução dos dados através de seminários, participação em fóruns para debate e publicação de um livro com os dados da pesquisa.

---

<sup>1</sup> FADERS: Fundação de Articulação e Desenvolvimento da Política Pública para Pessoa com Deficiência e Altas Habilidade do Rio Grande do Sul – que na estrutura do Estado está vinculada a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.